

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA FORMAÇÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR E A INSERÇÃO DO TERCIÁRIO MODERNO HOJE

THE ECONOMIC ACTIVITIES IN THE FORMATION OF THE UPPER WEST OF POTIGUAR AND THE INSERTION OF MODERN TERTIARY SERVICES TODAY

LAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS EN LA FORMACIÓN DEL ALTO OESTE DE POTIGUAR Y LA INSERCIÓN DE LOS SERVICIOS TERCIARIOS MODERNOS EN LA HOY

Luís Antonio Leite Filho

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Campus Avançado de Pau dos Ferros. Campus Universitário, BR-405, km 153, s.n., sala A 08, Arizona, CEP: 59900000 - Pau dos Ferros, RN – Brasil. luissilvia1@hotmail.com

Josué Alencar Bezerra

Doutor em Geografia e Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Campus Avançado de Pau dos Ferros. Campus Universitário, BR-405, km 153, s.n., sala A 08, Arizona, CEP: 59900000 - Pau dos Ferros, RN – Brasil. josuebezerra@uern.br

Lareska Úrsula de Souza Paiva

Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Campus Avançado de Pau dos Ferros. Campus Universitário, BR-405, km 153, s.n., sala A 08, Arizona, CEP: 59900000 - Pau dos Ferros, RN – Brasil. lareska.geo.sousa@gmail.com

RESUMO: O processo de formação e desenvolvimento da região do Alto Oeste Potiguar está vinculado ao processo de expansão da pecuária, da cotonicultura e da cana-de-açúcar, que proporcionou a formação de uma rede urbana interiorana, de predominância de pequenos municípios em que seu dinamismo urbano-regional recente está condicionado às atividades do setor terciário. O objetivo deste trabalho é elucidar o dinamismo urbano-regional a partir das atividades terciárias no processo de formação histórica e na contemporaneidade da região. Este trabalho é uma pesquisa de cunho bibliográfico, exploratório e de caráter qualitativo. O forte dinamismo regional apresentado no momento atual está associado à prestação de serviços e às atividades comerciais que atendem os municípios que compõem a região. Esse dinamismo urbano-regional é liderado pela cidade de Pau dos Ferros (RN), classificada como sub-centro regional.

Palavras-chave: Alto Oeste Potiguar; Comércio Urbano; Serviço; Economia Urbana.

ABSTRACT: The process of formation and development of the Alto Oeste Potiguar region is linked to the process of expansion of livestock, cotton farming and sugarcane, which provided the formation of an inland urban network, with a predominance of small municipalities in which its recent urban-regional dynamism is conditioned to the activities of the tertiary sector. The objective of this work is to elucidate the urban-regional dynamism from the tertiary activities in the process of historical formation and in the contemporaneity of the region. This work is a bibliographical, exploratory and qualitative research. The strong regional dynamism shown at the present time is associated with the provision of services and commercial activities that serve the municipalities that make up the region. This urban-regional dynamism is led by the city of Pau dos Ferros (RN), classified as a regional sub-center.

Keywords: Upper West Potiguar; Urban Commerce; Service; Urban Economy.

RESUMEN: El proceso de formación y desarrollo de la región Alto Oeste Potiguar está ligado al proceso de expansión de la ganadería, el cultivo del algodón y la caña de azúcar, que propició la conformación de una red urbana interior, con predominio de pequeños municipios en los que su dinamismo urbano-regional reciente está condicionado a las actividades del sector terciario. El objetivo de este trabajo es dilucidar el dinamismo urbano-regional a partir de las actividades terciarias en el proceso de formación histórica y en la contemporaneidad de la región. Este trabajo es una investigación bibliográfica, exploratoria y cualitativa. El fuerte dinamismo regional mostrado en la actualidad está asociado a la prestación de servicios y actividades comerciales que atienden a los municipios que conforman la región. Este dinamismo urbano-regional es liderado por la ciudad de Pau dos Ferros (RN), clasificada como subcentro regional.

Palabras clave: Alto Potiguar Oeste; Comercio urbano; Servicio; Economía urbana.

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século passado, estamos vivenciando uma mudança qualitativa no processo geral da urbanização, que pode ser entendida pelas fortes transformações ocorridas em diversas escalas do urbano e da cidade, o que está ligado especialmente à revolução da informação, dos gostos e ao crescimento do consumo, rebatendo diretamente na produção destes espaços (SANTOS, 2005 [1993]; LIMONAD, 2008).

Com isso, observamos uma dissolução de grandes investimentos produtivos pelo território, de políticas públicas de Estado de diversas naturezas e, conseqüentemente, um aumento da população urbana, não apenas nas áreas mais desenvolvidas do território, onde se encontra a maioria das grandes cidades e centros metropolitanos. Desse modo, de acordo com Santos (2005 [1993], p. 138), “Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território”.

Mediante os longos períodos de estiagem, desvalorização dos produtos agrícolas no mercado nacional e internacional, falta de políticas de incentivos e o agravamento no quadro social, a região Nordeste tornava-se uma área de repulsão humana para os polos industriais do Centro-Sul do país (OJIMA e FUSCO, 2017).

A política de fragmentação territorial facilitava a criação de novos municípios, sendo bastante utilizada pelo regime militar, que buscava apoio político por todo o território nacional para se manter no poder. Vivenciada com mais intensidade na região nas décadas de 1950 e 1960, fez surgir inúmeros municípios pequenos, dependentes do serviço público (BEZERRA,

2016). A euforia dessa política não foi capaz de absorver os efeitos inflacionários que atingiam o território nacional, pois os empregos públicos gerados pelos novos municípios emancipados não absorveram o contingente populacional desempregado, atendendo, de princípio, os apoiadores do regime militar. Com o decorrer do tempo, os indicadores sociais se agravaram e os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos industriais do Sudeste brasileiro se intensificaram.

Passamos a estudar esta realidade no Alto Oeste Potiguar por ser uma região pouco abordada em estudos da área, a por abrigar a problemática da urbanização contemporânea carregada um conteúdo presente no debate acerca da globalização e das desigualdades regionais no contexto do Rio Grande do Norte.

A formação e o desenvolvimento regional do Alto Oeste Potiguar estão ligados às tradicionais atividades econômicas assentadas na região como a pecuária, a algodoeira e a açucareira. À medida que essas atividades avançavam para o interior do território, permitiram a ocupação e o aparecimento dos primeiros adensamentos populacionais da região (BARRETO, 1987). Dependentes economicamente dessas atividades, formava-se a malha urbana regional que tinha o ritmo de crescimento socioeconômico determinado pelos ciclos agrícolas.

Existem algumas regionalizações adotadas para definir o recorte espacial do Alto Oeste Potiguar, região em que se encontra a cidade de Pau dos Ferros. Entretanto, a mais adotada, inclusive pelos órgãos de planejamento de governos, é o recorte que compreende as três microrregiões geográficas do IBGE (Pau dos Ferros, Serra de São Miguel e Umarizal), que contempla 37 municípios distribuídos em uma área de 5.265,577 km² possuindo um quantitativo populacional estimado em 242.021 habitantes (IBGE, 1990; 2011, (Figura 1).

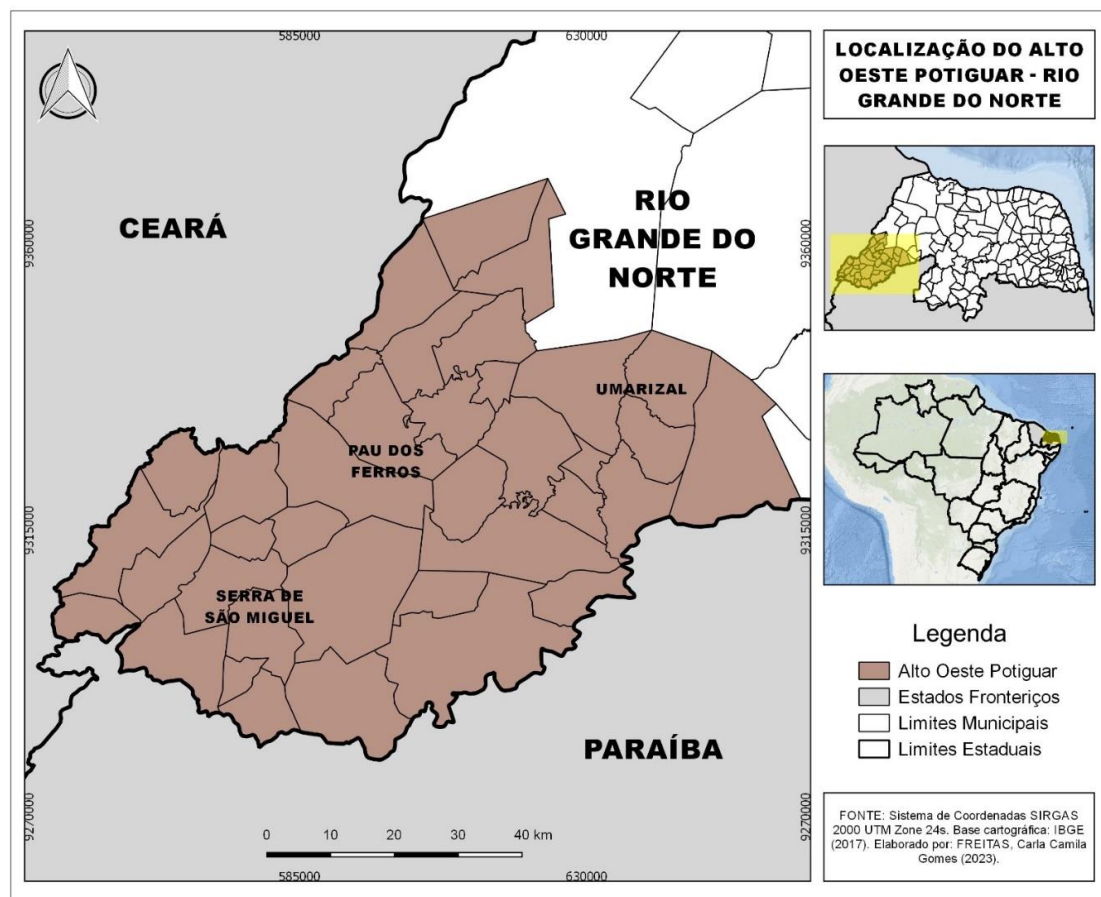


Figura 1- Localização da Região do Alto Oeste Potiguar no estado do Rio Grande do Norte. **Fonte:** IBGE (2010), Sirgas 2000 UTM Zone 24s. Organizado por Carla Camila Gomes Freitas (2023).

O Alto Oeste Potiguar possui uma rede urbana constituída por pequenos cidades que apresenta um fraco dinamismo regional, baseado na prestação de alguns serviços públicos nas áreas da saúde, educação, segurança, sendo essas as poucas atividades capazes de gerar renda (BEZERRA, 2016).

A mudança da política econômica de âmbito nacional adotada pelo governo brasileiro nos anos 2000 refletiu no desenvolvimento socioeconômico da região. A melhoria do quadro fiscal foi abrindo espaço para a retomada de políticas públicas, em especial as federais. Dentre elas, Araújo (2014) destaca as políticas sociais como a elevação do valor do salário mínimo que proporcionou a melhoria da renda das famílias. Além de, um contexto de inflação mais controlada.

A política de expansão do ensino técnico e superior proporcionou a região do Alto Oeste Potiguar a receber investimentos federais na área da educação, além do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que possibilitou o surgimento de espaços de referências de serviços especializados de saúde (DANTAS, 2014; BEZERRA, 2016). Além dos investimentos públicos, houve, também, um crescimento nos investimentos do setor privado, marcado pela chegada de redes de varejistas de supermercados e atacarejos, eletroeletrônicos, construtoras, automotivas e de faculdades particulares. Estes investimentos refletiram no forte dinamismo urbano-regional na região do Alto Oeste Potiguar, proporcionando sair da situação de área de repulsão humana para uma região de grande potencial socioeconômico.

Esse estudo buscou elucidar o dinamismo urbano-regional do Alto Oeste Potiguar a partir das atividades terciárias. O artigo se fundamenta numa pesquisa de cunho bibliográfico, exploratório e de caráter qualitativo, permitindo uma maior familiaridade com a temática estudada. O artigo é estruturado nas seguintes seções: na primeira; na segunda, aborda o processo de ocupação do Brasil e as atividades econômicas; na terceira, discorre sobre os movimentos de formação do Alto Oeste Potiguar, relacionados à expansão das atividades econômicas; na quarta, aborda sobre os serviços e o processo de urbanização atual da região do Alto Oeste Potiguar; na quinta, trata das considerações finais.

2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO BRASIL

No século XVI, inicia-se o processo de ocupação da colônia Brasil por Portugal com a pretensão de encontrar recursos minerais como ouro e prata no território colonial. Logo se decepcionam por não encontrar tal riqueza de metal (FURTADO, 2007). Mediante, a ameaça de perder a posse do território colonial por outras nações concorrentes, principalmente os Franceses e Holandeses, Portugal realizou instalações de feitorias para vigiar e patrulhar o litoral brasileiro (ANDRADE, 1995; FURTADO, 2007).

A presença maior de portugueses nas terras brasileiras estava associada ao extrativismo do pau-brasil como a única atividade econômica capaz de justificar tais presenças na colônia. Em seguida, houve a introdução da cana de açúcar que possibilitou a efetiva ocupação do litoral colonial, pois apresentava condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar. O clima quente, com uma estação seca e outra chuvosa, solo argiloso de massapé, favoreceram a ocupação da colônia (ANDRADE, 1995). Além disso, a experiência obtida dessa cultura agrícola nas ilhas atlânticas e os financiamentos dos recursos necessários para o desenvolvimento da atividade agrícola pelos holandeses, foram fundamentais para tornar a colônia Brasil numa grande área produtora de açúcar mundialmente (ANDRADE, 1995; FURTADO, 2007).

Essa produção agrícola só era possível com a instalação do complexo do engenho, que contava com imensas áreas: de lavouras de cana de açúcar, de mata para fornecer lenha para as caldeiras, senzalas, currais para os animais de tração empregados no processo da moagem, capela e a casa grande, responsável pelo funcionamento e administração desse complexo (ANDRADE, 1995). O complexo do engenho contava com o trabalho escravo e técnicos assalariados. Andrade (2005) argumenta que:

Atividade açucareira requeria um certo nível técnico que os escravos negros ou indígenas não possuíam. Daí haver, logo nos primeiros tempos, o cuidado de importar técnicos da Europa, os quais sempre eram israelitas [...] Foram, certamente, estes técnicos importados pelo primeiro donatário, os primeiros mestres de açúcar, caldeireiros, purgadores, banqueiros e caixeiros dos engenhos coloniais (ANDREDE, 2005, p. 72).

Concentrando-se as atividades na faixa litorânea, surgem os primeiros núcleos de povoamento, destacando Salvador (capital da colônia) e Olinda como os maiores espaços urbano brasileiros entre os séculos XVI a XVIII (SANTOS, 2005). Estas áreas aglomeravam as atividades portuárias responsáveis pelos embarques e desembarques de produtos e mercadorias.

Subsidiada à lavoura açucareira, está o surgimento da atividade da pecuária, responsável pelo abastecimento de animais de tração para os engenhos e ao fornecimento de carne para as vilas e povoados, localizados na área litorânea.

No começo da colonização, a criação de gado acontecia nas proximidades das plantações de cana de açúcar. Logo começaram a pisotear e causar prejuízos aos senhores de engenhos, que proibiram a criação no entorno dos canaviais. O açúcar era o principal produto de exportação, rendendo lucros à Coroa Portuguesa, que, mediante o surgimento de prejuízos causados pela criação de gado a atividade açucareira, o governo determinou a proibição da criação na área litorânea e expulsando para o interior do território da colônia (ANDRADE, 1995).

Avançando para o interior, a pecuária encontrara, no semiárido nordestino, grandes extensões de terras de pastagem disponível. Quanto à qualidade desses pastos eram insuficientes para atender o grande número de animais. Daí a explicação do avanço da pecuária para o interior do território da colônia (FRUTADO, 2007). As condições naturais do semiárido dificultavam a proliferação de verminoses e de epizootias. Além disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período das chuvas, e “ilhas” úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde poderia ser levado no período seco (ANDRADE, 1995).

Acompanhado ao movimento de introdução do gado no território estava a figura do vaqueiro, responsável pelos cuidados do gado e erguimento de currais. Como destaca Furtado (2007, p.67), que “aquele que não tinha condições para praticar essa atividade, poderia trabalhar para o fazendeiro e ao logo do tempo acumular condições para iniciar por conta própria”.

O vaqueiro e seus familiares acompanhavam o gado, instalavam os currais, onde, nas proximidades, fixava sua moradia. Assim, ocorriam as primeiras aparições de povoamento no semiárido nordestino. No entorno da habitação, praticava-se a agricultura de subsistência, cultivando lavouras de curto ciclo. A prática dessas atividades agrícolas de subsistência era responsável pelo fornecimento de mantimento para o vaqueiro e seus familiares, já que se encontrava muito distantes das cidades litorâneas (ANDRADE, 2005).

A preocupação da alimentação partia do próprio vaqueiro e familiares, pois o sesmeiro se ausentava dessa responsabilidade. Esses latifundiários viviam em Olinda ou Salvador delegando as funções administrativas aos funcionários de sua confiança e aforando pequenos sítios aos criadores que instalavam currais, que lhes assegurava a propriedade e a renda geradas pela

prática da atividade criatória.

Com a saída dos holandeses do território brasileiro no século XVII, a economia sofrera uma estagnação causada pela concorrência da produção do açúcar antilhano, refletindo nas demais atividades coloniais.

A descoberta do ouro nos meados do século XVIII produziu momentos de euforia na colônia, pois um grande fluxo de imigrantes interno e externamente direcionado para área das minas possibilitou o aparecimento de adensamento populacional. Assim, a atividade mineradora foi responsável pelo surgimento de áreas urbanas, longe do litoral (PRADO JR, 1976). Ao contrário da zona canavieira, o povoamento da região mineradora não ocorreu de maneira contínua, pois concentrou-se no entorno das minas, surgindo vilas distantes umas das outras. Nas proximidades dessas vilas desenvolveram-se lavouras de subsistência, voltadas para o seu abastecimento, e também atividades pecuárias (ANDRADE, 1995).

Nesse momento, a pecuária ganha uma grande importância, uma vez que passou a contar com duas áreas criatórias: a primeira, no sertão nordestino, ultra extensiva que avançava cada vez mais para o interior, chegando até a área do cerrado, sendo responsável pelo fornecimento de carne bovina aos centros urbanos litorâneos e à área mineradora. A segunda, corresponde à área do sul da colônia, que destinava a criação de animais de transporte como mula e burro, sendo responsável em abastecer as minas de animais de carga para transportar a produção até o porto (ANDRADE, 1995).

O sistema circulação-abastecimento produziu verdadeiros potentados nas áreas fornecedoras de mantimentos para a região mineradora como comerciantes, tropeiros e criadores de gado e muar (STRAFORINI, 2006).

Prado Jr. (1976) e Ribeiro (1995) salientam que em decorrência da atividade mineradora houve a mudança da área que concentrava as decisões econômicas e políticas, antes localizada na região litorânea nordestina para as capitânicas do centro-sul, que, além da passagem da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, tornavam-se a principal área comercial do Brasil (STRAFORINI, 2006).

No período final do século XVIII, a mineração já não se apresentava tão rentável como no início dessa atividade, empurrando o Brasil para uma crise econômica. A Europa vivia a revolução industrial, principalmente na Inglaterra, desencadeada pela máquina de tecer, surgindo o algodão como a matéria-prima para produção têxtil. Aproveitando-se da alta da fibra branca no mercado externo, as autoridades coloniais passaram a incentivar seu cultivo, já que o Brasil possuía extensas áreas virgens e solos propícios (OLIVEIRA, 2018).

O algodão avançava para o interior nordestino, passando a ser cultivado associado com as culturas tradicionais: feijão, milho e mandioca. Além disso, outra vantagem que o algodão possuía era a utilização de sua rama para alimentação do gado em períodos secos (OLIVEIRA, 1993).

Em meados do século XIX, a cotonicultura, através dos incentivos dados ao cultivo e instalações de fábricas têxteis, atinge seu ápice da produção. A época dourada algodoeira durou em torno de dez anos e, durante esse tempo, superou o açúcar, que era a principal fonte econômica nordestina (ANDRADE, 1995). Contudo, a reestruturação algodoeira dos EUA, pouca mão de obra disponível, expansão da cafeicultura para novas áreas do centro-sul do país, contribuíram para decadência da atividade da cotonicultura no semiárido nordestino (OLIVEIRA, 2018).

Outra atividade de grande relevância na formação econômica e territorial brasileira foi o ciclo da borracha na Região Norte. Com respaldado nos estudos de Andrade (1995), percebemos que essa região vivenciou um curto período de prosperidade econômica atraindo imigrantes, principalmente do Nordeste. A produção do látex destinava-se ao mercado internacional e utilizava os canais dos rios para o escoamento de sua produção, sendo que às margens dos rios surgiam vilas, povoados e cidades como Manaus e Belém. O aparecimento de uma nova área de

produção de borracha na Ásia Meridional provocou a decadência da produção brasileira.

Já no Brasil da Primeira República, o grande destaque econômico foi o café que, de mero arbustivo paisagístico, tornou-se o principal produto de exportação brasileiro na passagem do século XIX para o século XX, expandindo-se de maneira rápida pelo vale do Paraíba ao oeste paulista, e influenciando o norte do Paraná e sul do Mato Grosso (ANDRADE, 1995). A cafeicultura também foi responsável pelo surgimento de adensamento populacional principalmente no interior paulista e a formação de uma classe econômica e politicamente poderosa, conhecida como “os barões do café”.

A cafeicultura permitiu a acumulação de capital, mas com a recessão de 1929, foi aplicado na implantação da indústria. Vale ressaltar que toda infraestrutura montada para atender a cafeicultura, o capital excedente dessa atividade e a formação de um mercado consumidor criaram as condições para industrialização da Região do Sudeste e, principalmente, do estado paulista.

Após a recessão econômica de 1929, o país passou por grandes mudanças econômicas e políticas. Na economia, iniciou-se o processo de industrialização de substituição de importação, pois, seus principais parceiros comerciais se encontravam em profunda recessão econômica e a própria Europa já vivia os preparativos do segundo conflito mundial. Na política, chegava-se ao fim a velha política do café-com-leite, com Getúlio Vargas assumindo o comando do Estado brasileiro, e que defendia planos ambiciosos para a nação brasileira.

O surgimento de centros urbanos industriais no Sudeste atraiu grandes volumes de trabalhadores das áreas de decadência agrícola e que buscavam melhores condições de vida. A chegada dessa mão de obra implicara no processo de urbanização. Santos (2009) acrescenta que com a urbanização surgiu novas áreas que passaram a ofertar serviços e produtos.

No período de 1940 a 1980, a urbanização brasileira saltara de 26,35% para 68,86% (SANTOS, 2005). Essa mudança está associada à oferta de trabalho da indústria. Na busca de compreender o crescimento da urbanização brasileira, deve-se ter cuidado ao entender que ele foi resultado de um conjunto de elementos responsáveis pela urbanização, como a divisão do trabalho (CARLOS, 1992).

Já na década de 1970, inicia-se o processo de desconcentração da indústria e serviços que provocara mudanças na rede urbana brasileira com o aparecimento de centros industriais especializados, diversificados e modernizados (CORRÊA, 2006).

3. OS MOVIMENTOS DE FORMAÇÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR E A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os movimentos de formação do Alto Oeste Potiguar estão relacionados à expansão das atividades da pecuária, da cana de açúcar e da cultura do algodão. Na medida que essas atividades agrícolas expandiam para interior dessa região, começava a surgir os adensamentos populacionais. As excelentes condições naturais e a disponibilidade de grandes extensões de terra na região contribuíram de forma significativa para a ocupação dessa área.

Área de criação e inserida no caminho do gado, a Região Oeste Potiguar ligava as áreas criatórias do Piauí e do Ceará com a Paraíba (ANDRADE, 1995). A Chapada do Apodi era passagem obrigatória, com excelentes campos de pastagens para o gado, que acompanhava o leite do Rio Apodi/Mossoró para chegar ao destino final.

Ao longo do caminho do gado, começaram a surgir os núcleos de povoamentos por toda a Região do Oeste Potiguar. Bezerra (2016) sintetiza que:

A partir destes eixos maiores, surgiam as ramificações periféricas, ou seja, várias estradas foram sendo criadas ligando as localidades no Oeste Potiguar a outros núcleos de povoamento, localizados especialmente entre os estados vizinhos da Paraíba, Ceará e até o distante Piauí (BEZERRA, 2016, p. 151).

Utilizando o leito do rio Apodi/Mossoró, o gado chegava até o interior da região, atingindo a área das nascentes do próprio rio. Assim, a atividade criatória se fixava no Alto Oeste.

Seguindo, o caminho do gado, estava a cana de açúcar, que ocupou, inicialmente, os vales úmidos da Região Oeste. Todavia, Mas a irregularidade das precipitações de chuvas e a escassez de pastos levaram os criadores a recorrer o uso da lavoura canavieira para alimentar o rebanho.

Outra condição natural que a Região Oeste Potiguar apresenta são as belas paisagens naturais das serras da região, que se diferenciam do contexto total do semiárido. Ab'Saber (2003) define esses enclaves como brejos de altitudes que possui excelentes solos naturais em virtude da formação geológica dessas elevações e que a utilização irregular desses brejos acelera os processos erosivos causando impactos ambientais dessas áreas.

A descoberta da potencialidade agrícola dessas áreas úmidas logo despertou o interesse de ocupá-las para práticas agrícolas. Cultivavam, inicialmente, as lavouras de subsistências, mas logo foram substituídas pelas de mandioca, produzindo a farinha e cana de açúcar que destinava à produção da rapadura. Isto tornou-as áreas fornecedoras de mantimentos para o próprio semiárido e para o adensamento populacional.

Assim, como a pecuária, que encontrou condições favoráveis no semiárido para seu desenvolvimento, o algodão também encontrara um ambiente natural ideal para sua reprodução na região nordestina brasileira. Associado aos aspectos naturais e ao aumento da procura dessa fibra no mercado externo, proporcionou o aumento do preço do algodão, acelerando ainda mais sua expansão no semiárido. A cultura algodoeira proporcionou prosperidade ao semiárido nordestino, como o interior do estado Ceará, que conheceu esta etapa pela primeira vez (OLIVEIRA, 1993).

Os territórios como a região do Seridó e a Chapada do Apodi (no Oeste Potiguar), consideradas áreas tradicionais pecuaristas, fornecedoras de gado, começaram a dividir suas terras com a cultura algodoeira, por possuírem excelentes condições naturais, com o solo, clima favorável e uma grande disponibilidade de terra. Extensas áreas foram desmatadas para a cultura, restringindo a área de gado, e também para as culturas alimentícias (ANDRADE, 1995).

Outro aspecto da atividade algodoeira que se assemelha à pecuária, além da ocupação do interior nordestino, é o aparecimento de núcleo de povoamento ligado a essa cultura. Ele permitiu, ainda, o surgimento de vilas e cidades, tendo fundamentalmente a função comercial e industrial, já que eram locais onde o algodão era liberado da semente e prensado. Consequentemente, tornaram-se centros de serviços e de administração (ANDRADE, 1995).

Na busca da compreensão da formação da Região do Alto Oeste Potiguar, está o processo de fragmentação territorial. Como aponta Bezerra (2016), esse processo se intensificou, em todo o território nacional, entre as décadas 1950 e 1960, época em que o regime militar buscava apoio político para se sustentar no poder.

Para Gomes (1998) e Bezerra (2016), no estado do Rio Grande do Norte, a política adotada pelo Estado brasileiro sob o comando dos militares objetivava dois aspectos: a manutenção do poder local de alguns grupos que se viam ameaçados e o fortalecimento dos grupos políticos a nível estadual. A fragmentação na região possibilitou o surgimento de mais de 31 municípios entre as décadas de 1950 e 1960, sendo os mais recentes Major Sales, Serrinha dos Pintos e Venha Ver, criados em 1992, mas só oficialmente instalados em 1997 (IBGE, 2011).

Apesar de a região vivenciar uma euforia com a criação de novos municípios, não significou amenização dos efeitos do arrefecimento econômico que o país vivia, o que, conseqüentemente, refletia na região. Estagnada economicamente, as poucas políticas públicas implantadas na região do Alto Oeste Potiguar, direcionavam-se para o setor de infraestrutura, com construções de estradas e barragemamento (DANTAS e CLEMENTINO, 2013; BEZERRA, 2016).

Quando a rede urbana do Alto Oeste Potiguar é caracterizada pela predominância de pequenos municípios (ALVES, DANTAS e SOUZA, 2018), Pau dos Ferros é considerado o único centro sub-regional A da região (DANTAS e CLEMENTINO, 2013).

Sobre a rede urbana, Alves, Dantas e Souza (2018) apontam que pode ser caracterizada pelas ausências de alguns aparelhos de infraestrutura urbanos como os hospitais de alta especialidade, polícia federal e teatros.

Essas ausências estruturais são reflexos da pouca expressividade política e econômica da região, além de antigas práticas assistencialistas presentes nessa região. Pau dos Ferros, como centro sub-regional, é o principal centro regional prestador de serviço e comércio, atendendo toda a Região do Alto Oeste Potiguar e alguns municípios dos estados vizinhos: Ceará e Paraíba. Outra condição apresentada na região que torna a cidade de Pau dos Ferros ser esse centro polarizador é a distância de outros centros urbanos maiores como Mossoró (RN), Natal (RN), Fortaleza (CE), Cajazeiras (PB), (DANTAS e CLEMENTINO, 2013; BEZERRA, 2020).

Pau dos Ferros, possui uma significativa importância regional, que influencia o próprio desenvolvimento da região, ultrapassando os limites de fronteira, chegando aos estados vizinhos do Ceará e da Paraíba, constituindo uma raia divisória.

A melhoria do quadro fiscal a partir dos anos 2000 na economia nacional possibilitou a retomada de políticas públicas federais, principalmente as sociais (ARAÚJO, 2014). No Nordeste brasileiro, verificaram-se mudanças na dinâmica urbano-regional associada a essas políticas sociais que motivaram a expansão e o dinamismo do comércio e serviços nas cidades, independentemente do quantitativo populacional (GOMES, 2018).

Como assinala Endlich (2009), essa expansão e dinamismo apresentados pelas cidades da região Nordeste, não significou mudanças somente nas paisagens urbanas mais também nas funcionalidades desempenhas pelas cidades, ou seja, algumas ganharam novas funcionalidades enquanto outras tiveram redução de importância da rede urbana.

A expansão de políticas públicas de serviços de saúde e do ensino técnico e universitário associada à política de desconcentração de arranjos estruturais do litoral em direção ao interior têm beneficiado Pau dos Ferros, fortalecendo ainda mais seu status de centro regional na região do Alto Oeste Potiguar.

Araújo (2014) tem apontado, nos seus estudos, a importância dessas políticas sociais pois representou para a região Nordeste o desenvolvimento socioeconômico da região. A melhoria de renda das famílias, a elevação do salário mínimo e a oferta de crédito têm estimulado o consumo e o aumento de empregos.

Gomes (2018) afirma que os beneficiados dessas políticas sociais representam a inserção de inúmeras famílias ao mercado consumidor que por sua vez estimularam o crescimento das atividades comerciais como também os serviços, isso tanto nos centros urbanos maiores como nas pequenas cidades. Esse dinamismo urbano-regional possibilitou maior circulação de pessoas, informações, capital, mercadorias e de ideias.

O Nordeste, por concentrar mais da metade da população carente do país, capta 55% dos recursos dos programas sociais. Nesse sentido, na região concentra-se a pobreza rural, tendo como endereço principal os pequenos municípios, em especial os do semiárido (ARAÚJO, 2014). A renda derivada desses programas sociais, de fato, tem alterado a dinâmica econômica de algumas cidades, que, historicamente, são consideradas como centros regionais e que possuem um setor de comércio e serviços mais expressivos.

4. OS SERVIÇOS E A URBANIZAÇÃO ATUAL DO ALTO OESTE POTIGUAR

A região do Alto Oeste Potiguar é composta predominantemente por municípios pequenos e de pouca expressividade populacional e econômica. Ela é caracterizada pela insuficiência de serviços, ou seja, ocorre uma hipertrofia do setor de serviços sendo insuficiente para atender às necessidades da população.

Pau dos Ferros, por concentrar sede estadual e regional de alguns serviços como saúde e educação e um comércio mais dinâmico, tem se tornado um importante centro urbano indutor de deslocamento de pessoas entre as cidades vizinhas. Isso mostra-se como um dos entes responsáveis pelo entendimento da dinâmica urbano-regional das cidades (BEZERRA, 2016).

O setor primário foi o responsável pela ocupação e o surgimento dos núcleos de povoamento da região. Porém, a decadência das tradicionais atividades agrícolas como a pecuária, a cotonicultura e a agricultura de subsistência, proporcionou a desoneração de um grande quantitativo de mão de obra desse setor, ocasionando o êxodo rural para sede municipal e, em seguida, para os maiores centros urbanos da região.

Apesar de, nas últimas décadas, a agropecuária ter passado por melhorias, como a disponibilidade de crédito (PRONAF) e assistência ao produtor, isso não foi suficiente para superar as velhas estruturas fundiárias e apresentar elevação na produtividade. Infelizmente, a empregabilidade desse setor econômico na região encontra-se com pouca expressividade diante do valor histórico que possui.

O setor secundário tem se destacado nos ramos de confecções, vestuários e adereços (GOMES, 2018), os quais tiveram um crescimento na produção e na geração de empregos em alguns municípios da região como Tabuleiro Grande, São Francisco do Oeste e Rodolfo Fernandes, que possuem fábricas de confecções, dinamizando a economia local. Neste setor, há uma informalidade caracterizada pela terceirização da produção, que utiliza mão de obra de grupos de famílias para produzirem peças sob encomenda para as fábricas (BEZERRA, 2016).

No contexto urbano-regional, a busca por serviços de saúde se direciona para Pau dos Ferros por concentrar no seu espaço urbano hospital regional e clínicas de serviços especializados. Isso se dá porque muitos pequenos municípios da região dispõem apenas dos estabelecimentos de saúde ambulatorial oferecendo atendimentos básicos ligados à atenção básica.

Perante essa limitação na oferta de serviço de saúde, Gomes (2018) argumenta que a política nacional de saúde, ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS), tem passado por mudanças oferecendo serviços especializados, mediante convênio do setor público com clínicas e laboratórios particulares, sediados em centros urbanos maiores, que tem tornados centros de referência na prestação de serviços em saúde.

Com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), Pau dos Ferros vem assumindo a função de centro regional na prestação de serviços de saúde, tanto a nível regional como estadual. A disponibilidade estrutural de clínicas, laboratórios e hospitais tem atraído profissionais especialistas para Pau dos Ferros para fins do exercício profissional e, também, promoverem o deslocamento de pessoas que buscam consultas com médicos especialistas ou realização de exames, ocasionando uma maior articulação do território urbano-regional. Outra consequência da ampliação do serviço de saúde foi na atividade comercial, principalmente o seguimento de alimentação como a criação de lanchonetes e restaurantes.

A política de expansão do ensino técnico e superior tem proporcionado um dinamismo nas atividades comerciais e na prestação de serviços na região do Alto Oeste Potiguar. A região conta com algumas instituições de ensino superior e técnico, nas esferas federal (UFERSA, IFRN), estadual (UERN) como também conta com algumas instituições privadas (FACEP, UNP

e ANHANGUERA). Essas instituições, sediadas na cidade de Pau dos Ferros, recebem alunos de toda a região do Alto Oeste Potiguar e também dos estados vizinhos do Ceará e da Paraíba (FREITAS, COSTA e BOMTEMPO, 2023).

Dantas e Clementino (2013) acrescentam que Pau dos Ferros por exercer a função de centro regional, ser cortada por rodovias federais BR-405 e BR-226, que interligam aos demais municípios da região, e por estar localizada numa região de fronteira com os estados do Ceará e da Paraíba, tem condicionado a receber instituições de ensino superior e técnico, o que reforça a sua influência no desenvolvimento regional, que se expande através da oferta de serviços públicos, em especial educação de nível superior e técnico (DANTAS e CLEMENTINO, 2013).

Associada a essa oferta de ensino técnico e superior, a região tem recebido um número expressivo de alunos, profissionais de educação e agentes administrativos, com altos salários para a realidade local, possibilitando o surgimento de serviços e comércio pouco comuns às cidades desse tamanho na região, como a chegada de concessionárias de veículos, cafeterias e imobiliárias especializadas em locação de apartamentos para esse público (BEZERRA, 2016). Acompanhando esses serviços, está o transporte de passageiros, que se intensificou para atender a demanda de passageiros, serviços, mercadorias e capitais.

Outra causa do dinamismo urbano-regional da região estuda é a política nacional de habitação, que através do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, tem estimulado a atividade imobiliária e a construção civil. É comum, nas cidades da região, encontrarmos loteamentos destinados a construções de habitações, surgindo bairros afastados da área central para a incorporação de imóveis.

A região do Alto Oeste Potiguar é constituída por belas paisagens naturais dos brejos úmidos de altitudes ou complexos serranos de Martins/Portalegre e São Miguel/Luís Gomes, que, nos últimos anos, têm proporcionado atividades de turismo serrano. As belas paisagens naturais, o clima agradável e uma culinária saborosa aliados a uma estrutura existente de hotéis, pousadas, restaurantes, mirantes e outros pontos, possibilitou a exploração da atividade turística na região gerando emprego e renda nos municípios serranos.

Fazendo parte das regiões turísticas do estado, o polo Serrano é diferente das demais por privilegiar as potencialidades relacionadas ao clima e à uma rica culinária local (BEZERRA, 2016). O polo Serrano vem atraindo visitantes de todo país, principalmente no mês de junho, quando acontecem os festejos juninos e culinários, além de registrar baixas temperaturas.

As atividades comerciais também têm apresentado forte dinamismo urbano-regional, envolvendo os municípios que compõem a região e os municípios dos estados vizinhos do Ceará e da Paraíba. A cidade de Pau dos Ferros é constituída por uma diversificação nos variados ramos comerciais: material de construção, loja de confecção popular, lojas de artigos de plásticos, lojas de peças automotivas, lojas de eletroeletrônicos, papelarias, lojas de hardware e software, dentre outras.

Alguns setores comerciais têm apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, como o setor de material de construção, impulsionado pelos programas habitacionais do governo como o “Minha Casa, Minha Vida”, atraindo grandes redes de varejo desse setor para a região.

O varejo supermercadista apresentou um elevado crescimento em virtude da inserção dos beneficiários das políticas públicas ao mercado consumidor, mediante aumento do poder aquisitivo dos mesmos, que têm provocado mudanças nos hábitos dos consumidores. Perante essas condições, a região tem presenciado a chegada de grandes redes varejistas de capital regional (Quadro 1).

Quadro 1: Pau dos Ferros: Supermercados e Atacadistas – 2022.

Estabelecimentos /Rede ou Grupo que pertence	Categoria	Data de criação	Caixas de pagamento	Área Ocupada
Progresso Supermercado/ Rede Oeste de Supermercados	Supermercado	junho/1993	05	650 m ²
Supervarejo Nonato/ Central Distribuidora de Alimentos Nonato	Supermercado	junho/2013	05	1.336 m ²
Nosso Atacarejo/ Distribuidora Rio Bonito	Atacarejo	dezembro/2017	18	4.064 m ²
Supermercado Queiroz/ Rede Queiroz de Supermercado	Supermercado	julho/2008	23	2.595 m ²
Superque Atacarejo/ Queiroz Distribuidora	Atacarejo	fevereiro/2019	17	1.967 m ²
Oeste Frios Atacadista/capital local	Atacarejo	setembro/1998	06	–

Fonte: Secretaria Municipal de Tributação de Pau dos Ferros, 2021 e Leite Filho (2022).

Mediante estes dados, a chegada dessas redes varejistas tem provocado o surgimento do associativismo supermercadista no Alto Oeste Potiguar. Diante da forte concorrência, os pequenos mercadistas não têm condições estruturais e financeiras para competir com essas redes. O associativismo mercadista oferece aos seus membros as condições de negociação na aquisição de mercadorias aos fabricantes, estruturas logísticas amplas e modernas, política de preços baixos, marketing, além de um mix de produtos.

A região do Alto Oeste Potiguar apresenta um mercado consumidor pouco explorado, e dispõe de uma mão-de-obra relativamente qualificada e barata (BEZERRA, 2016; SEBRAE, 2010). Essas condições têm atraído algumas empresas de capital externo como: Magazine Luiza (eletroeletrônicos), Casas Bahia (eletroeletrônicos), Lojas Americanas (eletroeletrônicos), Pague Menos (farmácia), Ótica Diniz (serviço de ótica), A Construtora (material de construção), Super Queiroz (supermercado), Dical (concessionária automotiva) e Terra Sal (concessionária automotiva).

Outra atividade que tem se expandido na região é a de correspondente bancário, levando pequenos serviços dessa natureza até os municípios, tais como: pagamento de faturas, transferências bancárias, recebimento de aposentadorias, pensões do INSS e benefícios dos programas sociais. Muitos desses correspondentes são estabelecimentos comerciais que oferecem esse tipo de serviços no interior de suas instalações com o intuito de oferecer aos receptores seus produtos ou serviços comerciais.

Vale salientar que são poucas as agências bancárias na região, concentrando-se majoritariamente nos municípios de expressividade da rede urbana: Pau dos Ferros (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nordeste), Alexandria (Banco do Brasil), Martins (Banco do Brasil), São Miguel (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Além desses bancos públicos, a região conta com os brancos privados (Banco Bradesco e Banco Santander), que possuem uma agência em Pau dos Ferros e inúmeros pontos de atendimento espalhados pela rede urbana da região. Também se faz presentes em alguns municípios casas Lotéricas e os Correios, como correspondentes bancários (BEZERRA, 2016).

No setor alimentício, vêm ganhando espaço as lanchonetes, pizzarias e hamburguerias que oferecem aos seus clientes serviços de salão ou na forma de delivery. Esse tipo de empreendimento comercial tem agregado um dinamismo noturno nos municípios da região, atendendo um público adepto à alimentação *fast food* ou comida pronta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a formação da rede urbana interiorana do Alto Oeste Potiguar teve seu processo associado à expansão da pecuária, do algodão e da cana de açúcar. À medida em que essas atividades avançavam para o interior do território da colônia no século XVIII, consolidavam-se como atividades econômicas, ocupação do território e o surgimento de núcleos urbanos.

A configuração da malha urbana do Alto Oeste Potiguar foi também delimitada pela política de fragmentação territorial compreendida entre 1950 a 1970, possibilitando o surgimento 31 novos municípios, que logo apresentaram uma acentuada estagnação econômica motivada pelo declínio das tradicionais atividades agrícolas e sentindo os efeitos das secas constantes, tornando-se numa área de repulsão de mão de obra para os centros industrializados do Centro-Sul do país.

Mas, o forte dinamismo urbano-regional, vivenciado na contemporaneidade, impulsionado pelas políticas públicas sociais de distribuição de renda e de combate à desigualdade social, tem transformado a região num grande potencial econômico. A melhoria do poder de compra da classe baixa foi fundamental nesse processo, que ainda teve como contribuição a mudança no comportamento de compra de grande parte da população, acarretando o desenvolvimento urbano e econômico, transformando a região em um novo cenário socioeconômico.

O fortalecimento das atividades terciárias na região tem desencadeado a diversificação dos serviços, gerando empregos e renda, potencializando o Alto Oeste Potiguar num mercado consumidor pouco explorado, com mão de obra relativamente qualificada, e atraindo empresas de capital externo para região. Os ramos de atividades comerciais na contemporaneidade são relevantes para a compreensão dos novos traços da reestruturação urbana e conformação das cidades em diversos níveis da rede urbana.

Portanto, o dinamismo urbano-regional da região do Alto Oeste Potiguar é liderado por Pau dos Ferros, que tem exercido a função de grande centro urbano regional. Concentrando em seu entorno uma hinterlândia que abrange os municípios da própria região, como também dos estados vizinhos do Ceará e da Paraíba. Essa é uma temática que faz parte de uma pesquisa maior que aborda a atuação e difusão das redes de supermercados e atacarejos na cidade de Pau dos Ferros.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial 2003.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1995.
- _____, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 8. Ed. Recife, 2005 [1963].
- ALVES, L. da S. F; DANTAS, J. R. de Q; SOUZA, G. S. Dinâmicas urbano-regionais em territórios de fronteira interna. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17001, 2018.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Caderno 19. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; MARTINS, Helena Maria; SILVA, Lastres Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 539-560, 2014.
- BARRETO, J. J. **Pau dos Ferros: História, Tradição e Realidade**. Editora Carlos Lima, 1987.
- BEZERRA, J. A. **A cidade e região de Pau dos Ferros: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada**. 429 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.
- _____, J. A. Rede urbana interiorizada: novas conformações do território no Nordeste Brasileiro. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 32, p. 392–403, 2020. <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-43437>
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CORRÊA. R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v.1, 2013 p. 228-255.
- DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.
- FREITAS, C. C. G. .; COSTA, M. R. da; BOMTEMPO, D. C. Políticas públicas e ensino superior no século XXI: a presença do reuni em pequenas e médias cidades do Nordeste brasileiro. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, n. 1, p. e02312, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/4732>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, R. C. C. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. 1998. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista: Rio Claro: UNESP, 1998.
- _____, R. C. C. Comércio e serviços no espaço urbano regional. Volume Especial da **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, em parceria com o III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades, v. 20, n. 1, p. 91-103, Mai. 2018. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/394>. Acesso em: 17 de nov./2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Dados populacionais e territoriais. Memória Institucional. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEITE FILHO, L. A. **Difusão e atuação das redes de supermercados e atacarejos na cidade de Pau dos Ferros (RN): uma análise entre 2000 e 2020**. 137 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, 2022.

LIMONAD, E. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. In: **Cidades**. Presidente Prudente Grupo de Estudos urbanos, vol. 5, n. 8, p. 243 - 261. 2008.

OLIVEIRA, E. N da C. A economia do Algodão no Nordeste Brasileiro. In: **Congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**, 6. Aracaju- SE, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1540860966_ARQUIVO_AEconomiadoAlgodaooNordesteARTIGO.pdf. Acesso em: 13 de jan./2021.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OJIMA, R.; FUSCO, W. Migração no semiárido setentrional: dinâmica recente, retorno e políticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p.325-349, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n1p325>

PAU DOS FERROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Tributação. **Dados sobre os estabelecimentos comerciais de Pau dos Ferros**. Pau dos Ferros, 2021.

PRADO JÚNIOR. C. **História Econômica do Brasil**. 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

SANTOS, C. D. dos. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 5, n. 1, p. 177-190, jan./abr. 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005 [1993].

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. CEMP- RN. Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte. 2010. Disponível em: <http://www.rn.sebrae.com.br/curso/cemp-cadastro-empresarial/>. Acessado em: 18 jan./2021.

STRAFORINI, R. Estradas reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileiro. **Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales**. Barcelona-ESP, v. X, n. 218 (33), ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-33.htm>. Acesso em: 12 de jan./2021.